

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 642.766 - RJ (2015/0010167-6)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : GISELE VALLE DE CARVALHO
ADVOGADO : SONIA LIMA DE AQUINO - RJ115510
AGRAVADO : ANIS RIZKALLAH KHOURY
ADVOGADO : CLEBER CYRO XAVIER E OUTRO(S) - RJ081813

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento, extrai-se que GISELE VALLE DE CARVALHO (GISELE) propôs embargos à execução que lhe move ANIS RIZKALLAH KHOURY (ANIS).

O Relator, por decisão monocrática, negou seguimento ao agravo de instrumento interposto por ANIS contra decisão que deferiu a prova pericial (e-STJ, fls. 9/11).

Os embargos de declaração opostos por GISELE não foram providos (e-STJ, fls. 21/22).

O Tribunal de origem negou conhecimento ao agravo interno interposto por GISELE em acórdão assim ementado

Agravo interno no agravo de instrumento. Decisão monocrática do Relator que negou seguimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão de 1º grau que em sede de embargos à execução, teria deferido a prova pericial porém deixado de apreciar a arguição de ilegitimidade ativa da exequente na execução. Agravante interna que pretende a reforma da monocrática por entender que o agravo de instrumento não deveria ter sido conhecido. Ausência de prejuízo à agravante interna. Falta de interesse recursal. Conduta protelatória que atenta contra os princípios da efetividade, economia processual e celeridade. Litigância de má-fé com amparo nos arts. 14 e 17 IV do CPC. Multa que impõe na forma do art. 18 caput CPC. Recurso não conhecido (e-STJ, fl. 32).

Inconformada, GISELE interpôs recurso especial com base nas alíneas

a e c do permissivo constitucional, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 14, 17, IV e VI, 18 e 535, II, do CPC/73, sob os fundamentos de (1) negativa de prestação jurisdicional; e, (2) afastamento da multa imposta por ausência de litigância de má-fé (e-STJ, fls. 37/67).

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 99).

O apelo especial não foi admitido na origem sob os fundamentos de ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/73; incidência da Súmula nº 7 do STJ e ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 101/105).

GISELE, então, interpôs o presente agravo (e-STJ, fls. 115/151).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 153).

É o relatório.

DECIDO.

A insurgência não ultrapassa a barreira do conhecimento.

Vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, a agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Observa-se, da leitura das razões recursais, que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois GISELE não infirmou todos os seus esteios, na medida em que não refutou de forma arrazoada a incidência da Súmula nº 7 do STJ ao caso.

Na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente a impugnação genérica ou a

reiteração das razões expostas no recurso especial.

A obediência ao princípio da dialeticidade, exige dos agravantes o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se fundou a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, vejamos os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.

3. [...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 544, § 4º, I, do CPC).

2. [...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014 - sem destaque no original)

Nessas condições, nos termos do art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

